

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (AUGE)  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS  
DA CARREIRA DE AUDITOR INTERNO  
EDITAL AUGE N.º 02/2008, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008

A AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (AUGE) torna pública a retificação do subitem 3.10, das alíneas "c" e "l" do subitem 14.3 e a inclusão dos subitens 2.7, 2.8 e 16.2.2, todas do Edital AUGE n.º 01/2008, de 10 de outubro de 2008, publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado - Minas Gerais, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital.

Nova redação do subitem 3.10:

"3.10. Os candidatos aprovados e classificados como portadores de deficiência serão nomeados, deduzido o número de aprovados nessa condição do quantitativo de vagas estabelecido neste edital, observado o limite de vagas reservadas. As vagas definidas no subitem 2.6 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação."

Nova redação das alíneas "c" e "l" do subitem 14.3:

"14.3. (...)

(...)

c) Caracterização de Deficiência (CADE), emitido pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, no caso de indivíduos aprovados em concurso público nos termos da Lei n.º. 11.867, de 28 de julho de 1995;

(...)

l) Diploma registrado ou registro profissional ou histórico escolar acompanhado do certificado de conclusão de curso em ensino superior;

(...)"

Inclusão dos subitens 2.7, 2.8 e 16.2.2:

"2.7. REGIME JURÍDICO: estatutário, de conformidade com as normas contidas na Lei n.º. 869, de 5 de julho de 1952, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais."

"2.8. REGIME DE PREVIDÊNCIA: Regime de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais instituído pela Lei Complementar n.º. 64, de 25 de março de 2002, e alterações posteriores."

"16.2.2. O referencial bibliográfico sugerido consta do Anexo a este Edital."

MARIA CELESTE MORAIS GUIMARÃES

Auditora-Geral do Estado

## ANEXO - Bibliografia sugerida

### 1- Língua Portuguesa

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2003.

LIMA, Rocha. Gramática normativa da língua portuguesa. 43 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

### 2 - Raciocínio Lógico-Quantitativo

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. Edição Compacta. São Paulo: Atlas. 3 ed., 2000. 184 p.

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira. São Paulo: Atlas.

FARIA, Rogério Gomes de. Matemática comercial e financeira. São Paulo: MacGraw-Hill.

FARO, Clóvis de. Matemática financeira. São Paulo: Atlas.

ALENCAR FILHO, Edgard. Iniciação à lógica Matemática. Editora Nobel.

GARDNER, Martin. Divertimentos matemáticos. IBRASA.

KELLER/BASTOS. Aprendendo lógica. Editora Vozes.

KOLMANN, Bernard. Introdução à álgebra linear com aplicações. LTC Editora.

LIARD, L. Lógica. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MOISE/DOWNS. Geometria moderna. Addison Wesley.

Livros didáticos de matemática para o Ensino Médio.

### 3 - Direito Constitucional e Direito Administrativo

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Atlas.

SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. Malheiros.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. Saraiva.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Atlas.

FARIA, Edimur Ferreira de. Direito Administrativo Positivo. Del Rey.

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. LumenJuris editora. 13ª edição. Rio de Janeiro, 2005.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. Editora Saraiva. 13ª Edição. 2008.

COSTA, José Armando da. Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar - Editora Brasília Jurídica. 2ª Edição. 1996

FERRAZ, Sérgio e Dallari, Adilson Abreu. Processo Administrativo - Malheiros Editores - 1ª Edição 2002.

Lei Estadual nº. 869, de 5 de julho de 1952 e alterações posteriores.

### 4 - Administração Pública

CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública- Ed. Campus

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Estado e Gestão Pública: visões do Brasil Contemporâneo. Ed. FGV

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Ed. FGV

PEREIRA, Bresser. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. 1995

ABRUCIO, Fernando Luiz. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente. Brasília: ENAP, Cadernos ENAP, nº. 10, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de (orgs). Reforma do Estado e Democracia no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

GRAU, Nuria Cunill. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 1998.

MATIAS, José Pereira. Manual de Gestão Pública Contemporânea. Editora Atlas: edição.2007.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral a Administração: Da revolução Urbana à Revolução Digital - São Paulo: Atlas, 2005. 5ª ed.

MINTZBERG, Henry, QUINN James Brian. O processo da estratégia. Editora Bookman. 3ª ed. 2001.

POLLITT, Christopher. Que é qualidade dos Serviços Públicos. In: Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994, p.347-362.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. Editora: Pearson

RUA, Maria das Graças. Desafios da Administração Pública Brasileira: governança, autonomia, neutralidade. Revista do Serviço Público, 48(3). Dez.1997.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por Resultados: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

VILHENA, Renata (org.). O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

#### 5 - Contabilidade Geral

Equipe de professores da FEA/USP. Contabilidade Introdutória, 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José C. Contabilidade Básica. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José C. Contabilidade Empresarial. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Resoluções do CFC e Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### 6 - Contabilidade Governamental

Angélico, João. Contabilidade Pública. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. Balanços Públicos: teoria e prática. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO JR., J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. Lei n. 4.320/64. Comentada. 32 Ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

LIMA, Diana Vaz de & CASTRO, Robison Gonçalves de. Contabilidade Pública. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio e Outros. Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 9ªEd. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF

Lei Federal n.º 4.320/1964

Decreto Estadual nº. 35.304/1993

Decreto Estadual nº. 37.924/1996

Decreto Estadual nº. 42.127/2001

7 - Administração Financeira e Orçamentária

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 2001.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio e Outros. Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 9ªEd. São Paulo: Atlas, 2006.

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELOS, (Org.) Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

ENAP Escola Pública de Administração Pública. "Formação de multiplicadores do novo modelo de planejamento, orçamento e gestão. Brasília, 2002.

Lei Estadual nº. 17.347/2008.

Lei Estadual nº. 17.710/2008.

8 - Auditoria e Controle Interno

CONSELHO Federal de Contabilidade. Normas de Auditoria Independente das demonstrações contábeis. NBC T 11, revisadas em 1997.

D'Ávila, Marcos Zähler & OLIVEIRA, Marcos Aparecido Martins. Conceitos e técnicas de controles internos de organizações. São Paulo: Nobel, p. 15-17, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Contadores - IBRACON. Normas Internacionais de Auditoria. São Paulo, 1997. p. 84-85.

INTOSAI - Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle Externo das Finanças Públicas. Manual de transparência fiscal. FMI, 50ª Reunião, Washington, 1998. p. 70-71.

MIGLIAVACCA, Paulo N. Controles internos nas organizações. São Paulo: Ética, 2002.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. São Paulo: ed. Atlas, 2003.

HILÁRIO, Franco. Auditoria Contábil. São Paulo: ed. Atlas, 1992.

RESOLUÇÃO CFC n. 820 - NBC-T-11.

CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. São Paulo: ed. Atlas, 1997.

PAIXÃO, Inaldo. Auditoria.

SÁ, Antônio Lopes de. Curso de Auditoria. 9. São Paulo: ed. Atlas, 2000.

JUND, Sérgio. Auditoria - Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos.

GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria Operacional e de Gestão.

MOTTA, João Maurício. Auditoria: Princípios e Técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PETTER, Maria da Glória Arrais e MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. São Paulo.ed. Atlas, 2003

Constituição da República Federativa do Brasil.

Constituição Mineira

Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei Federal nº. 8.666/1993.

Lei Federal nº. 4.320/1964.

Lei Complementar Estadual nº. 102/2008

Lei Delegada Estadual nº. 133/2007

Decreto Estadual nº. 44.655/2007

Publicações da Auditoria-Geral do Estado disponíveis no site [www.auditoriageral.mg.gov.br](http://www.auditoriageral.mg.gov.br).

(publicado no MG de 23/10/2008)